



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### **Mensagem nº**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Vereadores de Alvinópolis-MG,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência e dos Nobres Pares, o projeto de Lei incluso que *“Estabelece o Quadro de Pessoal e os vencimentos dos servidores da Administração Direta do Município de Alvinópolis, dando outras providências”*.

#### **Justificativa nº**

O Presente Projeto de Lei Complementar trata dos cargos públicos que compõem o Quadro de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo, consolidação num único instrumento normativo, as atribuições dos cargos de provimento efetivo e das funções públicas num único diploma legal, a fim de melhor e organizar os cargos que compõem o quadro permanente do mesmo.

O Projeto de Lei Complementar visa, ainda, estabelecer novos vencimentos para os cargos públicos, concretizando uma demanda dos servidores municipais, que anseiam pela sua valorização profissional.

O Município dispõe de autonomia política, administrativa, organizacional e legislativa, nos termos do artigo 18, da Constituição Federal, detendo competência para legislar sobre o regime jurídico de seus servidores, inclusive no que concerne à jornada de trabalho, observadas as normas constitucionais.

A repercussão orçamentária da presente proposição está contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, respeitando os limites estabelecidos no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Ressalta-se que as adequações apresentadas não extrapolam o limite de gasto com pessoal do Poder Executivo antes as análises efetuadas.

O Projeto de Lei Complementar propõe a revogação parcial da Lei Complementar nº 1.725, de 18 de setembro de 2006, mantendo-se vigentes as normas que tratam de progressão e promoção dos servidores.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, à vista do relevante interesse público consubstanciado na matéria que submeto a Vossas Excelências é que solicito a apreciação com consequente votação e aprovação deste Projeto de Lei Complementar, que transformado na respectiva Lei Complementar, propiciará a melhor organização do quadro de pessoal da Administração Direta do Poder Executivo.

Por fim, considerando o que dispõe o artigo 73, inciso VII da Lei das Eleições (Lei n. 9.504, de 1997), necessário se faz a designação de **reunião extraordinária** para que o presente projeto de lei seja aprovado e respectivamente sancionado antes do período do pleito eleitoral.

Alvinópolis-MG, 18 de março de 2024.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº**

**18/03/2024.**

*Estabelece o Quadro de Pessoal e os vencimentos dos servidores da Administração Direta do Município de Alvinópolis, dando outras providências.*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, a seguinte Lei:

## **TÍTULO I**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece o Quadro de Pessoal e os vencimentos dos servidores da Administração Direta do Município de Alvinópolis.

Art. 2º O regime jurídico aplicável aos servidores da Administração Direta do Município de Alvinópolis é o estatutário, regido pela Lei Complementar nº 1.724, de 18 de setembro de 2006.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se:

I - Servidor: pessoa legalmente investida em cargo público, de caráter efetivo ou em comissão;

II - Cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional e que devem ser cometidas a um servidor público;

III - cargo efetivo: cargo provido em caráter permanente por pessoa aprovada em concurso público;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

IV – Cargo de provimento em comissão: cargo de livre nomeação e exoneração, provido em caráter transitório, para desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser de recrutamento amplo, quando admitam a nomeação de pessoas que não pertencem ao quadro efetivo de servidores, ou restrito, quando somente se admite a nomeação de servidores que já titularizam um cargo efetivo;

V - Função gratificada/confiança: é aquela criada por lei, consubstanciada num conjunto de atribuições não previstas para um cargo específico, conferidas a um servidor ocupante de cargo de provimento efetivo que, por exercê-las para além das atribuições do seu cargo, receberá uma gratificação pelo exercício da respectiva função;

VI - Quadro de pessoal: é o conjunto dos cargos públicos existentes e devidamente distribuídos nos diversos órgãos da Administração Municipal;

VII - tabela de vencimentos: conjunto de valores estipulados considerando o vencimento base;

VIII - exercício: é a execução efetiva das atribuições de um cargo público ou de função gratificada/confiança.

Art. 4º A fixação dos padrões de vencimentos e da remuneração dos cargos públicos observará:

I - A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - Os requisitos para a investidura;

III - As peculiaridades dos cargos;

IV - A qualificação profissional;

V - O desempenho.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS CARGOS PÚBLICOS**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 6º O Quadro de Pessoal servidores da Administração Direta do Município de Alvinópolis está previsto nos Anexos I e II desta lei, sendo composto por:

- I - Cargos de provimento efetivo;
- II - Cargos de provimento em comissão de recrutamento amplo;
- III - Cargos de provimento em comissão de recrutamento restrito;
- IV – Agentes políticos.

§ 1º Os servidores estão sujeitos a atual jornada semanal mínima do cargo por ele ocupado, observada a carga horária prevista na lei de criação do respectivo cargo público e edital de concurso público.

§ 2º Após a aprovação em estágio probatório, será facultado aos servidores efetivos com jornada de 20 (vinte) horas ou 30 (trinta) horas semanais requererem o aumento de sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.

§ 3º Na situação do parágrafo anterior, o servidor terá reajustado o seu vencimento da seguinte forma:

I – Em pelo menos 100% (cem por cento) o seu vencimento básico, para os servidores com jornada de 20 (vinte) horas semanais, que optem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais;

II - Em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) o seu vencimento básico, para os servidores com jornada de 30 (trinta) horas semanais, que optem pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 4º A opção pela jornada de 40 (quarenta) horas semanais, se dará mediante manifestação expressa do servidor junto ao Setor de Pessoal, mediante autorização de sua chefia imediata e do Chefe do Poder Executivo, que avaliarão o interesse público da alteração da jornada, que será em caráter irretratável.

§ 5º O Prefeito poderá autorizar o servidor a executar o serviço de forma remota, mediante o estabelecimento de metas e meios de fiscalização quanto ao seu cumprimento, nos termos definidos em Decreto a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 6º O Servidor que optar pela alteração da carga horária prevista neste artigo, não fará *jus* ao recebimento da gratificação prevista na Lei nº 2.053/2018.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 7º. Os cargos de provimento efetivo, os números de vagas e o respectivo vencimento base estão previstos no Anexo I desta Lei Complementar, e serão divididos em grupos ocupacionais, da seguinte forma:

#### I – Serviços Administrativos:

a) Agente de Administração;

b) Oficial de Administração;

#### II – Fiscalização:

a) Fiscal de Obras e Posturas Municipais;

b) Fiscal de Tributos Municipais;

#### III – Saúde e Serviços Sociais:

a) Agente de Saúde;

b) Técnico em Enfermagem;

c) Nutricionista;

d) Fisioterapeuta;

e) Dentista;

f) Psicólogo;

h) Assistente Social;

i) Farmacêutico;

#### IV – Transportes:

a) Motorista “B”;

b) Condutor de Veículos Pesados;

c) Operador de Máquinas Pesadas;

d) Mecânico;

e) Monitor Transporte Saúde;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

---

### V - Obras Públicas:

- a) Pedreiro;
- b) Bombeiro Hidráulico;
- c) Carpinteiro;
- d) Pintor;
- e) Borracheiro;
- f) Eletricista;
- g) Engenheiro Civil;
- h) Engenheiro Florestal;
- i) Ajudante de Obras

j) Gari;

### VI – Serviços Gerais:

- a) Vigia;
- b) Auxiliar de Serviços Gerais;
- c) Coveiro;
- d) Agente de Coleta de Lixo;
- e) Auxiliar de Cozinha;
- f) Faxineiro;

### VII – Jurídico:

- a) Advogado;
- b) Assistente Judiciário;

### VIII – Contábil: Contador;

### IX – Informática: Técnico em Informática;

### X – Educacional:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

a) Especialista em Educação;

b) Professor.

Parágrafo único. Os cargos de Provimento em Comissão, os números de vagas e o símbolo do vencimento são os constantes do Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 8º. As atribuições dos cargos de provimento efetivo, a jornada de trabalho e os requisitos de provimento, estão estabelecidos nas leis de criação dos respectivos cargos.

Art. 9º. A referência as leis com as atribuições dos cargos de provimento em comissão estão estabelecidas no Anexo IV desta Lei Complementar.

#### Seção Única

#### **Da Perda do Cargo Público por Insuficiência de Desempenho**

Art. 10. O servidor público estável poderá perder o cargo público com fundamento no art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal.

Art. 11. O servidor público submeter-se-á a avaliação anual de desempenho, obedecidos aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa, conforme previsto em lei complementar federal.

Art. 12. A avaliação anual de desempenho será realizada por comissão de avaliação composta por três servidores estáveis, todos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, sendo um o seu chefe imediato e tendo dois deles pelo menos três anos de exercício no órgão ou na entidade a que ele esteja vinculado.

§ 1º A avaliação será homologada pela autoridade imediatamente superior, dela dando-se ciência ao interessado.

§ 2º O conceito da avaliação anual será motivado exclusivamente com base na aferição dos critérios previstos em Lei Complementar Federal que venha a regulamentar o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, sendo obrigatória a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

demais elementos de convicção no termo final de avaliação, inclusive o relatório relativo ao colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 3º É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

§ 4º O servidor será notificado do conceito anual que lhe for atribuído, podendo requerer reconsideração para a autoridade que homologou a avaliação no prazo máximo de dez dias, cujo pedido será decidido em igual prazo.

Art. 13 Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, no prazo de dez dias, na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

Art. 14. Os conceitos anuais atribuídos ao servidor, os instrumentos de avaliação e os respectivos resultados, a indicação dos elementos de convicção e prova dos fatos narrados na avaliação, os recursos interpostos, bem como as metodologias e os critérios utilizados na avaliação, serão arquivados em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

Art. 15. A perda do cargo público por insuficiência de desempenho dependerá de lei complementar federal editada especialmente para esse fim.

Parágrafo único. Após a edição da lei complementar federal a que se refere o caput deste artigo, a avaliação anual de desempenho será regulamentada no que couber, por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

## **TÍTULO II**

### **DA POLÍTICA REMUNERATÓRIA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA REMUNERAÇÃO E DO VENCIMENTO**

##### **Seção I**

##### **Da Remuneração**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 16. O servidor da Administração Direta do Município de Alvinópolis tem direito a remuneração como contraprestação pelo serviço que executa na qualidade de titular de cargo público.

Parágrafo único. Fica vedada a prestação de serviços gratuitos ao Município de Alvinópolis, salvo no caso de trabalho voluntário, instituído em lei específica.

Art. 17. A remuneração é composta pelo vencimento base conferido ao cargo público e pelas vantagens permanentes ou temporárias.

Art. 18. As parcelas remuneratórias de caráter permanente são irredutíveis.

Parágrafo único. São parcelas remuneratórias de caráter permanente o vencimento base e as vantagens pecuniárias já devidamente incorporadas ao patrimônio jurídico do servidor.

Art. 19. As vantagens de qualquer natureza só poderão ser concedidas por lei e quando atendam efetivamente ao interesse público e às exigências do serviço.

§ 1º Somente por lei poderá se:

I - Instituir, alterar, majorar, diminuir ou extinguir qualquer parcela remuneratória;

II - Definir a forma de cálculo de vantagem, salvo se fixada em valor;

III - Fixar as condições para aquisição do direito a qualquer vantagem pecuniária.

§ 2º Nos termos do inciso XIV do artigo 37 da Constituição da República é vedado que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 20. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior ao valor fixado para o subsídio do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Não se considera, para os fins do caput deste artigo, as parcelas de natureza indenizatórias.

Art. 21. Salvo por imposição legal, por decisão judicial ou por expressa autorização do servidor, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### Seção II

#### Do Vencimento

Art. 22. O vencimento corresponde à parcela básica da remuneração do servidor.

Art. 23. O vencimento não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente.

Art. 24. Os novos vencimentos dos cargos públicos de provimento efetivo são os previstos no Anexo I desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os novos vencimentos dos cargos públicos de provimento em comissão de recrutamento amplo e restrito estão previstos no Anexo II desta Lei Complementar.

#### CAPÍTULO II

#### DAS VANTAGENS

#### Seção I

#### Disposições Gerais

Art. 25. Além do vencimento base, poderão ser pagas aos servidores as vantagens previstas em lei.

#### Seção II

#### Das Férias Indenizadas

Art. 26. Poderão ser convertidos em indenização, até 10 (dez) dias do período integral de duração das férias.

§ 1º A critério do servidor, e após análise da conveniência do ato pela Administração, poderá ser convertido 10 (dez) do período de férias em indenização, observada sempre a disponibilidade financeira do Município.

§ 2º O servidor interessado deverá apresentar o requerimento ao Prefeito solicitando a conversão pelo menos 60 (sessenta) dias antes do início da fruição do período



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

integral das férias, sob pena de perda do direito de requerer a conversão, nos termos do que dispõe o § 1º do art. 106 da Lei Complementar nº 1.724, de 2006.

§ 3º A conversão de que trata o caput ficará sujeita à disponibilidade financeira e orçamentária do Município de Alvinópolis, bem como à análise dos critérios de conveniência e oportunidade.

§ 4º Somente será permitida a indenização pelo período integral de férias não gozadas, quando o servidor for considerado imprescindível pelo secretário da área em que este estiver lotado, e pelo titular da Secretaria de Administração, e quando o seu afastamento for considerado prejudicial ao bom desempenho e à continuidade do serviço público, observada a disponibilidade financeira do Município.

§ 5º Durante o prazo concessivo das férias o servidor poderá, de comum acordo com a Administração Municipal, ouvida a sua chefia imediata, dividir o período de gozo das férias em até 3 (três) vezes, em épocas diferentes, em períodos não inferiores de 10 (dez) dias.

### Seção III

#### Da Quitação das Parcelas

Art. 27. Nos casos em que o servidor deixar o serviço público, terá direito a receber:

- I - A remuneração dos dias trabalhados e ainda não percebidos;
- II - As férias já adquiridas e ainda não gozadas;
- III - A gratificação natalina proporcional, na forma do art. 28.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão de recrutamento amplo, que for exonerado para ocupar outro cargo na Administração Municipal deverá ter quitadas as parcelas a que tiver direito.

Art. 28. Além das parcelas referidas no artigo anterior, o servidor terá direito a receber férias e gratificação natalina proporcionais, à base de 1/12 (um doze avos) para cada mês integral trabalhado, desde que a vacância do cargo não decorra de aplicação da penalidade de demissão.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º a gratificação natalina proporcional será calculada considerando a média do somatório do vencimento e dos adicionais percebidos ao longo do ano, exceto o adicional de férias.

§ 2º As férias proporcionais serão calculadas sobre o valor decorrente do somatório do vencimento e dos adicionais a que o servidor tiver direito, exceto o adicional de férias, devido no mês em que o servidor deixar o serviço público.

§ 3º Para o fim do parágrafo anterior, considera-se como de exercício integral o comparecimento a pelo menos 80% (setenta por cento) dos dias úteis do mês de referência.

#### Seção IV

##### Dos Adicionais

##### Subseção I

##### Das Disposições Gerais

Art. 29. Serão pagos aos servidores os seguintes adicionais:

- I - Pela prestação de serviço extraordinário;
- II - Noturno;
- III - 1/3 de férias;
- IV – Outros adicionais previstos em lei específica.

Parágrafo único. Os adicionais incidirão sobre o vencimento base do servidor.

#### Subseção II

##### Do Adicional Pela Prestação de Serviço Extraordinário

Art. 30. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º Em caso de prestação de serviço extraordinário em domingo ou feriado, o acréscimo será de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 2º O valor correspondente ao adicional pela prestação de serviço extraordinário é de caráter temporário, deixando de ser devido em caso do término das condições que o ensejaram, sem incorporação de qualquer espécie.

§ 3º Salvo expressa disposição em contrário, o valor correspondente ao adicional pela prestação de serviço extraordinário não será considerado para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

Art. 31. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas extras diárias.

Art. 32. O serviço extraordinário será precedido de solicitação da chefia imediata do servidor, e depende de prévia e expressa autorização do Prefeito, ou por delegação deste, do Secretário de Administração.

Art. 33. Poderá ser instituído sistema de compensação de horas, hipótese em que cada hora de serviço extraordinário trabalhada, poderão ser compensadas em conformidade com o interesse do servidor e a necessidade do serviço, dentro dos 12 (doze) meses seguintes.

Art. 34. O servidor titular de cargo de provimento em comissão poderá ser convocado para trabalhar em regime de dedicação exclusiva.

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo de provimento em comissão, que na hipótese do caput deste artigo, for convocado para trabalhar em regime de dedicação exclusiva, não terá direito ao adicional pela prestação de serviço extraordinário.

### Subseção III

#### Do Adicional Noturno

Art. 35. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, será remunerado com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em relação à hora normal de trabalho.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 1º Em se tratando de serviço extraordinário, prestado no horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, o acréscimo de que trata este artigo considerará o valor da hora com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 2º O valor correspondente ao adicional noturno é de caráter temporário, deixando de ser devido no caso do término das condições que o ensejaram, sem incorporação de qualquer espécie.

§ 3º O valor correspondente ao adicional noturno não será considerado para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

#### **Subseção IV**

##### **Do Adicional de Férias**

Art. 36. Será pago ao servidor o adicional correspondente a 1/3 (um terço) do vencimento a que ele tiver direito, a título de adicional de férias.

§ 1º Em caso de parcelamento das férias, o servidor receberá o adicional de férias quando da fruição do primeiro período de gozo.

§ 2º O valor correspondente ao adicional de férias é de caráter temporário e não poderá ser considerado para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

#### **Seção I**

##### **Das Gratificações**

Art. 37. Serão deferidas aos servidores as seguintes gratificações:

I - Por exercício de função gratificada/confiança;

II - Natalina;

III - Por exercício de cargo em comissão.

Parágrafo único. Poderão ser pagas aos servidores outras gratificações e incentivos financeiros previstos em lei específica.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

---

#### Subseção I

##### Da Função Gratificada/Confiança

Art. 38. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Direta do Município de Alvinópolis, que for designado para exercer função gratificada/confiança, devidamente criadas em lei específica, e que excedam as atribuições normais do seu cargo, terão direito a uma gratificação sobre o valor do seu vencimento base, enquanto perdurar o exercício da função.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o caput não será considerado para o cálculo de nenhuma outra vantagem pecuniária, exceto para décimo terceiro e férias, e não se incorpora, em caráter permanente, à remuneração.

Art. 39. Fica criada a Função Gratificada de Ouvidor-Geral do Município, com valor de gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do vencimento base do servidor efetivo.

§ 1º São atribuições do Ouvidor-Geral do Município:

I - Receber informações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias dos usuários sobre as atividades do Poder Público, encaminhando tais manifestações aos setores administrativos competentes, cobrando soluções para as demandas apresentadas pela população;

II - Propor melhorias para os serviços prestados aos usuários, na busca constante da eficiência e da transparência administrativa;

III - Intermediar as relações entre os cidadãos que as demandam e os órgãos ou entidades aos quais pertencem, promovendo a qualidade da comunicação entre eles e a formação de laços de confiança e colaboração mútua.

§ 2º A gratificação pelo exercício das funções de Gerente Contábil e Gerente Financeiro criadas pela lei nº 2.053/2018, passa a ser no valor de R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Art. 40. As atribuições das funções gratificadas/confiança deverão constar das leis específicas que disponham sobre sua criação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

#### **Subseção II**

##### **Da Gratificação Natalina**

Art. 41. O servidor terá direito a gratificação natalina, correspondente ao vencimento e às vantagens pecuniárias de caráter permanente, e será paga até o dia 20 de dezembro do ano em curso.

§ 1º A gratificação natalina poderá, a critério da Administração, ser paga em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela paga na forma prevista no § 2º do art. 62 da Lei Complementar nº 1.724, de 18 de 2006.

§ 2º No caso de parcelamento da gratificação natalina, a segunda parcela será paga até o dia 20 de dezembro e corresponderá ao valor resultante da seguinte operação:

§ 3º Considera-se para os fins de cálculo da gratificação natalina como de exercício integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

§ 4º A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária, sendo, no entanto, objeto de desconto previdenciário.

#### **Subseção III**

##### **Da Gratificação Por Exercício de Cargo em Comissão**

Art. 42. O servidor titular de cargo público de provimento efetivo que for nomeado para exercer cargo público de provimento em comissão poderá optar por receber o vencimento do cargo de provimento em comissão ou o vencimento do seu cargo efetivo, acrescido de uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo comissionado.

§ 1º O valor correspondente à gratificação por exercício de cargo em comissão não se incorporará a remuneração do servidor.

§ 2º O valor correspondente à gratificação por exercício de cargo em comissão não será considerado para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária, exceto décimo terceiro, férias.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 3º O valor correspondente à gratificação por exercício de cargo em comissão compõe a base da remuneração do servidor para fins de aposentadoria.

Art. 43. O servidor poderá ser designado para exercer simultaneamente outro cargo, interinamente, hipótese em que deverá optar pelo vencimento de um dos cargos.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DIÁRIAS, DO CUSTEIO, DO PLANTÃO, DO SOBREAVISO E DA AJUDA DE CUSTO**

Art. 44. A diária destina-se a cobrir despesas com transporte urbano, hospedagem e alimentação, nos casos em que o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Secretários Municipais, servidores públicos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou de provimento efetivo, por necessidade de suas atividades profissionais ou do Município de Alvinópolis, se afastarem da sede no Município, à serviço da Administração e participação em cursos ou eventos de capacitação profissional, em caráter eventual ou transitório.

§ 1º São competentes para autorizar a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem, o Prefeito ou Secretário Municipal.

§ 2º O número máximo de diárias por mês, fica limitado:

I - A 8 (oito) diárias para os cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal de Saúde e Secretário Municipal de Educação;

II - A 3 (três) diárias para os demais cargos de Secretários Municipais e demais servidores, ressalvados os casos daqueles que exerçam atividades inerentes a cargo que importe em afastamento constante do território do Município, especialmente na hipótese do cargo de motorista.

§ 3º Os limites estabelecidos no parágrafo anterior somente poderão ser excedidos em caso de justificativa prévia e formal, em que seja demonstrada tal necessidade, sujeita a autorização do Prefeito Municipal.

§ 4º Será devida apenas o valor de uma diária ou custeio de viagem por dia, independentemente dos números de deslocamentos realizados no mesmo dia.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 5º A diária é devida integralmente a cada período de 24 (vinte quatro) horas de afastamento.

§ 6º Considera-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente a hora da partida e a hora da chegada na sede do Município.

§ 7º A diária com hospedagem somente será devida na hipótese de viagem autorizada por período superior a 24 (vinte quatro) horas.

§ 8º Entende-se por sede toda a circunscrição Municipal, incluídos os Distritos de Fonseca, Barretos e Major Ezequiel.

§ 9º A viagem que ocorrer no sábado, domingo ou feriado será expressamente justificada e autorizada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. As despesas de viagem do Prefeito e Vice-Prefeito serão pagas com a adoção de um dos critérios abaixo, conforme o caso:

- I - Pelos valores correspondentes ao pagamento de diárias;
- II - Pela indenização dos valores gastos, mediante apresentação dos documentos legais comprobatórios de sua realização;
- III - No caso de transporte até o destino, por meio de utilização do contrato firmado com agência de viagem.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses constantes nos incisos I a III do caput deste artigo, o Prefeito e Vice-Prefeito deverão apresentar documento comprobatório da efetiva realização da viagem, devendo, ainda, ser realizado mediante empenho prévio ordinário por estimativa.

Art. 46. Para fins desta Lei, consideram-se:

I - Diária: o pagamento realizado para cobrir despesas com viagens que o servidor realiza como parte do seu contrato de trabalho;

II - Custeio: o pagamento realizado para cobrir despesas advindas das viagens que o servidor realiza como parte do seu contrato de trabalho.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

III - Plantão: o pagamento ao período em que o servidor fica à disposição da administração, não correspondendo à sua jornada contratual diária de trabalho;

IV - Sobreaviso: o pagamento ao servidor que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso;

V - Ajuda de custo: o pagamento ao servidor para ajudar com alimentação em deslocamentos as comunidades rurais e distritos.

§ 1º A diária será devida a cada dia de ausência, em valor fixado em Decreto do Chefe do Poder Executivo, que poderá definir valores distintos conforme o porte da cidade de destino e o nível hierárquico do beneficiário.

§ 2º A diária não será devida:

I - No período de trânsito, ao servidor que, por motivo de remoção ou transferência, tiver que mudar de sede;

II - Quando o deslocamento se der para localidade aonde o servidor esteja domiciliado;

III - Quando o servidor ou agente político dispuser de alimentação e pousada oficiais e gratuitas ou incluídas em evento para o qual esteja inscrito;

IV - Quando o servidor ou agente político se deslocar para os Distritos de Fonseca, Barretos e/ou Major Ezequiel, por estes estarem dentro da sede do Município de Alvinópolis-MG, exceto em caso de ajuda de custo.

§ 3º Fica vedada a concessão de diárias em caráter permanente.

§ 4º A autoridade concedente exigirá os comprovantes de passagem de avião, ônibus ou trem, e no caso de utilização de veículo oficial, a autorização para saída de veículo.

§ 5º É de inteira responsabilidade das autoridades solicitante e concedente o controle das viagens e prestação de contas.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 6º Cabe ao Secretário Municipal respectivo e ao controle interno municipal examinar a prestação de contas e os documentos que a instruem, rejeitando os que não observarem as disposições previstas nesta Lei Complementar.

§ 7º A prestação de contas será feita mediante o preenchimento do formulário de prestação de contas de diária de viagem, devendo o beneficiário apresentar o seguinte:

I - Relatório de viagem com a declaração expressa do beneficiário de que não reside ou não tenha domicílio na localidade de destino, cujo formulário será encaminhado ao servidor pelo setor competente;

II - Comprovante original de passagem e a entrega dos cartões de embarque, quando for o caso;

III - Cópia da autorização para circulação de veículo, ou documento equivalente, se utilizado veículo oficial;

IV - Cópias dos comprovantes de embarque e de desembarque ou outros documentos que demonstrem o deslocamento, bem como declaração ou cópia do certificado de participação em congresso, palestra, curso ou evento similar.

§ 8º O servidor que receber diária de viagem e não apresentar prestação de contas no prazo de 5 (cinco) dias terá os valores recebidos descontados integralmente em folha.

§ 9º A Controladoria Geral do Município ao examinar a prestação de contas e os documentos que a instrui, solicitará ao agente público

I - Relatório de viagem, discriminando as atividades realizadas;

II - Documento comprobatório dos termos inicial e final da viagem;

III - Declaração contendo a data de partida e de chegada na sede e o valor pago, quando o agente público se deslocar para municípios em que o meio de transporte utilizado não emitir o bilhete de passagem;

IV - Cópia do certificado ou declaração de participação em evento, quando a viagem tiver por finalidade a participação em cursos, seminários, treinamentos ou similares;

V - Comprovante de restituição de recursos financeiros, quando for o caso.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 47. O servidor deverá restituir o valor que houver recebido a título de diária:

I - Integralmente, se não tiver efetivado a viagem;

II - Parcialmente:

a) em caso de retorno antecipado, relativamente aos dias correspondentes;

b) em caso de ter havido menos pernites do que o previsto, relativamente à metade correspondente.

Parágrafo único. A restituição de que trata o caput deverá ocorrer dentro dos 5 (cinco) dias seguintes ao retorno do servidor ao município.

Art. 48. O servidor ou agente político não terá direito a reembolso em casos de realização de despesa com transporte urbano e alimentação em valor superior ao fixado para a diária.

§ 1º Não serão pagas diárias para deslocamento dentro da circunscrição Municipal, mesmo que o servidor esteja à serviço da Administração, ressalvadas as hipóteses de despesas realizadas em caráter extraordinário que poderão ser reembolsadas pela Administração, desde que devidamente comprovadas e hipóteses em que o servidor faz *jus* a ajuda de custo, observado o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Não se aplicará o reembolso disposto no parágrafo anterior, caso haja estabelecimento oficial para pernoite, bem como seja concedida ajuda alimentação ou autorização para que o Servidor se alimente em estabelecimento oficial, desde que em deslocamento à serviço da Administração dentro da circunscrição Municipal.

§ 3º Em caso de deslocamentos de servidores ou de agentes políticos não realizados em veículo oficial do Município, as despesas com transporte público e despesas extraordinárias, desde que cumpridas à serviço da Administração Municipal, serão pagas através do sistema de regime de reembolso, mediante apresentação dos respectivos comprovantes fiscais das despesas efetuadas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 4º Não será reembolsado os valores de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares entre outras que não possuam interesse público justificado.

Art. 49. Os Servidores que exerçam atividades inerentes a cargo que importe em afastamento constante do território do Município, especialmente na hipótese do cargo de motorista, dada a peculiaridade da frequência no afastamento, que é incompatível com a natureza eventual da concessão de diárias, terão direito ao recebimento de:

I - Custeio para despesas excepcionais e/ou extraordinárias;

II - Custeio para indenização de hospedagem somente será devido na hipótese de o servidor realizar viagem autorizada por período superior a 24 (vinte e quatro) horas;

III - Custeio de 50% (cinquenta por cento) quando o Servidor se afastar da sede do Município de Alvinópolis, considerados os percursos de ida e volta, sem pernoite e por período inferior ou igual a 6 (seis) horas;

IV - Ajuda de custo quando o servidor se deslocar para comunidades rurais distantes e Distritos, por período superior ou igual a 6 (seis) horas, necessitando de ajuda para refeição.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, além da adoção dos formulários próprios, deve ser realizado relatório circunstanciado, de periodicidade mensal, indicando data, destino das viagens, horário de saída e horário de chegada, para fins de apuração do valor devido ao respectivo Servidor a título de indenização por eventual despesa com alimentação e hospedagem.

Art. 50. Os servidores que exerçam atividades inerentes a cargo que importe em afastamento constante do território do Município, especialmente na hipótese do cargo de motorista, em caráter de plantão ou de sobreaviso, terão direito ao recebimento de custeio.

Parágrafo único: Os Servidores descritos no caput deste artigo não receberão por deslocamento, mas tão somente pelo plantão ou sobreaviso, devendo a prestação de contas ser realizada através de relatório circunstanciado e específico.

Art. 51. Os valores das diárias, custeios, plantões e sobreaviso estão previstos no Anexo VII (quadros 01, 02 e 03) desta Lei Complementar.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

#### CAPÍTULO IV

#### DA CRIAÇÃO E DA EXTINÇÃO DOS CARGOS E DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

Art. 52. Ficam ampliados no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Alvinópolis-MG, as seguintes vagas dos cargos já existentes com suas respectivas cargas horárias:

- I – 1 (um) vaga de Assistente Social;
- II – 10 (dez) vagas de Assistentes Educacionais;
- III – 10 (dez) vagas de Auxiliares de Serviços Gerais;
- IV - 1 (um) vaga de Borracheiro
- V – 1 (um) vaga de Coveiro;
- VI – 1 (um) vaga de Engenheiro Civil;
- VII – 1 (um) vaga de Farmacêutico;
- VIII – 1 (um) vaga de Fiscal de Tributos Municipais;
- IX – 3 (três) vagas de Motoristas B;
- X – 10 (dez) vagas de Técnicos de Enfermagem;
- XI – 3 (três) vagas de Vigias;
- XII – 60 (sessenta) vagas de Professores;

§ 1º Ficam criadas as seguintes funções públicas:

- I – 4 (quatro) Fisioterapeutas NASF;
- II – 2 (dois) Educadores Físicos da Academia da Saúde;
- III – 2 (dois) Educadores Físicos CAPS;
- IV – 1 (um) Agente Saúde Endemias/Agente de Combate às Endemias;
- V – 1 (um) Educador Físico do NASF.

§ 2º O cargo de provimento efetivo de Coordenador do CRAS, criado pela Lei nº 2.058/2018, fica transformado em cargo de provimento em comissão, de recrutamento amplo, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, cujas atribuições



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

estão previstas na lei de criação e o vencimento e símbolo estão constantes no Anexo II desta Lei Complementar.

§ 3º O vencimento base dos cargos e funções públicas criados na forma do caput e do § 1º deste artigo, serão os constantes dos Anexos I e VI desta Lei Complementar, respectivamente.

Art. 53. Fica criado um cargo de provimento em comissão de Chefe de Transportes do Gabinete do Prefeito, com os vencimentos e a jornada de trabalho previstos no Anexo II desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As atribuições do cargo de provimento em comissão de Chefe de Transportes do Gabinete do Prefeito são as seguintes:

- I - Coordenar as atividades de Transporte do Chefe do Poder Executivo, organizar;
- II - Orientar e chefiar todas os motoristas lotados no Gabinete do Prefeito;
- III - Zelar pela segurança e transporte do Chefe do Executivo;
- IV – Organizar a escala de trabalho e plantões dos motoristas que servem o Gabinete do Prefeito.

Art. 54. Ficam extintos os seguintes cargos vagos de provimento efetivo:

- I – 1 (um) de Gestor Ambiental;
- II – 6 (seis) de Médicos;
- III – 14 (quatorze) de Motorista C;
- IV – 1 (um) de Pintor de Carro;

V – 6 (seis) de Técnico em Contabilidade.

§ 1º Fica extinta a função de Pedagogo do CAPS.

§ 2º Fica colocado em quadro suplementar em extinção o servidor ocupante de 1 (um) cargo de Médico.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS**

### **ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 3º O servidor ocupante de cargo colocado em quadro suplementar em extinção, ficará na mesma situação em que se encontra, sem quaisquer prejuízos de seus vencimentos e vantagens, até que haja a vacância do respectivo cargo ou por quaisquer dos motivos previstos na Lei Complementar nº 1.724, de 2006, ou em razão de desligamento compulsório, ao completar 75 (setenta e cinco) anos de idade.

## **TÍTULO II**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 55. É vedado ao servidor desempenhar atividades que não sejam próprias do cargo de que for titular, salvo quando nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão, ou designado para o exercício de função gratificada/confiança.

Art. 56. O servidor que deixar o serviço público encerrará a sua contagem de tempo na Administração Municipal, não se considerando o período trabalhado para a concessão de nenhum direito previsto nesta Lei Complementar ou na Lei Complementar nº 1.724, de 2006.

Parágrafo único. Não se aplicam as disposições do caput deste artigo, nas hipóteses em que o servidor retornar ao serviço público, nos casos de reintegração e reversão.

Art. 57. A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

Parágrafo único. O servidor que se aposentar e retornar ao serviço público iniciará um novo vínculo, iniciando uma nova contagem de tempo para todos os fins desta Lei Complementar.

Art. 58. Fica garantido ao Subprocurador-Fiscal, aos Advogados Municipais, e ao Assessor Jurídico do Município o direito à percepção dos honorários de sucumbência decorrentes dos processos judiciais em que o Município de Alvinópolis for parte vencedora.

§ 1º Os honorários de sucumbência recebidos serão divididos, em partes iguais, entre os servidores beneficiados.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, a cobrança e a divisão dos honorários de sucumbência devidos aos servidores previstos no caput deste artigo.

Art. 59. A Lei Complementar nº 1.724, de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“ .....

Art. 58.....

Parágrafo único. O valor da diária será definido através de Decreto do Chefe do Poder Executivo para os cargos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e por Resolução para os cargos do Poder Legislativo.

Art. 105.....

§ 2º Em casos excepcionais, mediante requerimento do servidor, e a critério da administração, as férias poderão ser gozadas em 3 (três) períodos, nenhum dos quais podendo ser inferior a 10 (dez) dias.

Art. 106.....

§ 1º Fica permitida a conversão parcial, a requerimento do servidor, de 10 (dez) dias de férias em indenização, mediante requerimento protocolizado junto à Divisão de Pessoal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao início do gozo das férias.

.....”

Art. 60. O art. 1º da Lei nº 1.716, de 4 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Alvinópolis organiza-se nos termos da presente Lei que dispõe sobre o Quadro de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Servidores, estruturando sua carreira e disciplinando o relacionamento com o Município, aplicando-se lhe as normas do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Alvinópolis.

.....”

Art. 61. Os ocupantes dos cargos públicos necessárias à execução dos programas específicos nas áreas de saúde, assistência social, educação e cultura, dentre outras, mantidos pela União e pelo Estado de Minas Gerais, serão contratados por tempo determinado, para atendimento a necessidades de excepcional interesse público no Município, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e do Título VI da Lei Complementar nº 1.724, de 2006.

§ 1º A função de Conselheiro Tutelar corresponde a função pública relevante, exercida em caráter transitório, por meio de mandato eletivo, serão escolhidos na forma da Lei nº 1.950, de 22 de outubro de 2014, bem como das disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

§ 2º Os direitos, as prerrogativas e os deveres do Conselheiro Tutelar, estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e na legislação municipal correlata.

Art. 62. Aos servidores do magistério municipal aplicam-se as disposições da Lei nº 1.716, de 2006, da Lei Complementar nº 1.724, de 2006, e no que couber, supletivamente, as disposições desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O cargo de provimento em comissão de Secretário Escolar, passa a ser de recrutamento restrito, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Magistério Municipal.

Art. 63. A progressão, que é a elevação do vencimento base do servidor, ao novo nível imediatamente ao que pertence, dentro da mesma classe, continuará sendo executada na forma prevista na Lei Complementar nº 1.625, de 18 de setembro de 2006.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º Para os fins de continuidade da progressão, considerar-se-á o atual nível em que se encontra o servidor conforme previsto no Anexo II da Lei Complementar nº 1.625, de 2006.

§ 2º A progressão consoante o disposto no parágrafo anterior, partirá do novo vencimento base previsto no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 3º A progressão prevista no art. 7º da Lei Complementar nº 1.625, de 2006, ocorrerá sempre por antiguidade, e será a cada período de 3 (três) anos e 6 (seis) meses, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 64. Os servidores públicos que foram beneficiados anteriormente com a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, excepcionalmente terão direito apenas a ter complementado o seu vencimento básico no ano de 2024, até que se complete o valor respectivo de referência previsto nas tabelas de vencimentos constantes dos anexos desta Lei Complementar.

Art. 65. Ficam aprovados os seguintes anexos, como parte integrante desta Lei Complementar:

I – Anexo I - Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo/total de vagas permanentes;

II - Anexo II - Quadro de Cargos de Provimento em Comissão;

III – Anexo III - Atribuições dos Cargos de Provimento Efetivo;

IV – Anexo IV – Leis de criação dos Cargos de Provimento em Comissão e atribuições;

V – Anexo V – Quadro de Funções Gratificadas/Confiança;

VI – Anexo VI – Cargos destinados aos Programas Específicos nas Áreas de Proteção à Criança, Saúde, Assistência Social, Educação e Cultura, com as respectivas atribuições.

VII – Anexo VII – Valores de diárias, custeio de motoristas e sobreaviso de motorista, plantonistas e de servidores.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINÓPOLIS

### ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 66. A presente Lei Complementar será revisada, após 2 (dois) anos de sua vigência.

Art. 67. Ficam revogados:

I – O inciso IV do art. 5º da Lei Complementar nº 1.724, de 2006;

II - Parcialmente a Lei Complementar nº 1.625, de 18 de setembro de 2006, permanecendo ainda em vigência os seus dispositivos que tratam de progressão e promoção dos servidores, inclusive o respectivo Anexo II;

III – a Lei nº 2.046, de 9 de julho de 2018.

Art. 68. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento e de créditos adicionais suplementares que se fizerem necessários.

Art. 69. A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Alvinópolis, 18 de março de 2024.

Maurosan Gonçalves Machado

**PREFEITO MUNICIPAL**

ALVINÓPOLIS

05-02

1891